



ESPECIAL

FUNDOS EUROPEUS

E LINHAS DE CAPITALIZAÇÃO



PORTUGAL 2020: VERBAS APROVADAS QUASE NA TOTALIDADE

Governo prevê aprovar cerca de 100% das verbas do Portugal 2020 até ao final deste ano. Êxito dos concursos aos Fundos Europeus levou o Governo a estabelecer um protocolo com a banca. Ministro do Planeamento, Nelson de Souza, faz um balanço "positivo". Bancos e consultoras têm um papel importante no processo de candidatura e estratégia de investimento, do modelo de negócio e de um plano a médio prazo. Das luvas eletrónicas a Hollywood são já vários os casos de sucesso.

ENTREVISTA NELSON DE SOUZA ministro do Planeamento

“Queremos aprovar perto de 100% dos fundos até ao fim do ano”

O ministro dos “fundos europeus” explicou ao JE que os apoios destinados à Investigação & Desenvolvimento estão entre os mais procurados pelas empresas. A Inovação também aumentou.

JOÃO PALMA-FERREIRA
E ÂNIA ATAÍDE

jferreira@jornaleconomico.pt

Portugal “terá todos os fundos da União Europeia concedidos até ao fim de 2019”, garantiu ao Jornal Económico o ministro do Planeamento, Nelson de Souza, explicando que a execução de fundos que o país concretizou está ao melhor nível dos membros da União Europeia. Com 31,6% de execução, Portugal continua a ser “um bom aluno na aplicação de fundos”, diz.

O PT2020 tem sido um importante alavancador para as empresas. Mas será que ainda há obstáculos identificados no acesso aos fundos?

Temos neste momento uma taxa de absorção de incentivos por parte das empresas com números absolutamente impressionantes, em matéria de utilização de incentivos. Não temos problemas de obstáculos significativos, que levem a uma subutilização ou uma incapacidade das empresas de utilizarem os estímulos que estão à sua disposição. Tivemos, aliás, de reforçar significativamente as verbas destinadas às empresas, a dois anos do fim do programa.

Através da reprogramação, com verbas que foram realocadas de outros programas?

A reprogramação dos fundos que foi efetuada, em final de 2018, visou também suprir esse esgotamento precoce das verbas colocadas à disposição das empresas. Não temos um problema de obstáculos, temos um problema de boa resposta, boa capacidade de utilização por parte das empresas das verbas disponíveis.

Em que medida é que a reprogramação permitiu aumentar o nível de execução dos fundos?

A reprogramação em si não fez logo disparar a execução. Criou-se logo oportunidades. Os investimentos das empresas não começaram logo a ser executados. Aquilo que fizemos foi o seguinte: como não podíamos abrir novos concursos para apoiar novos projectos porque tínhamos a verba esgotada, e havia grande pressão da parte dos empresários, que têm os seus *timings* para investir e queriam apresentar as suas propostas, aceitámos uma espécie de candidatura provisória. Esses projetos que deram entrada foram os primeiros a serem decididos no âmbito do concurso. Já foram decididos até fevereiro deste ano e os outros havemos de decidir durante este mês de julho.

Em Portugal, há a noção que os fundos não são bem aproveitados, mas as estatísticas mostram outra realidade, em que o país fica bem posicionado.

Reconhece que a opinião pública faz esta avaliação?

Concordo inteiramente que a perceção é essa. Mas julgo que

será talvez uma das questões com que teremos de lidar e fazer um esforço permanente também de informação, de melhor comunicação. Neste momento, a taxa de absorção dos fundos – segundo dados da Comissão Europeia reportados a 30 de abril – sobre as tais taxas de execução, indica que Portugal, segundo a mesma metodologia, tem 32% de execução, ou seja, lidera a execução de fundos. De acordo com estes pagamentos intermédios, em Espanha têm 20% de execução.

Assim Espanha tem uma execução inferior à de Portugal?

São países que têm maiores pacotes financeiros. Trata-se da ponta final da execução. Temos de ter em consideração que se trata de um uma cadeia longa, há a candidatura dos projetos, o investidor realiza os investimentos, tem de pagá-los, de enviar os dados para o Planeamento, nós certificamo-los e pagamos. Quando o investidor executa, é a execução real, que é dele e só ele é que sabe. Mas quando comunica o que fez e envia os dados, fica uma primeira informação sobre isso e no Planeamento temos uma primeira provisão de execução. Depois temos a nossa validação de execução e damos sequência ao processo de validação onde entra a auditoria – que leva algum tempo. Aí enviamos para Bruxelas, que nos reembolsa.

Já foi referido que Portugal tinha uma execução de 36%.

Que se passou?

Esta última informação é sobre os pagamentos de Bruxelas aos Estados-membros. Portanto, é o fim do processo. A diferença entre os 36% e os 32% tem a ver com isto. Os 36% estão no nosso sistema como o que está executado de facto e os 32% são pagamentos intermédios da União Europeia aos Estados-membros. É sempre menos.

Pela regra “N+3”, podemos

estender a execução dos fundos até 2023. Teremos um conforto nesse prolongamento, ou Portugal pretende executar os fundos até ao próximo ano?

Temos o planeamento feito. Quando se diz que o período de programação é 2014-2020, tal como o anterior foi de 2007-2013 e agora o próximo vai ser de 2021-2027, estes períodos são para aprovação dos projetos. Há outro período para execução, que é determinado pela regra do N+3. E que no QREN já foi de N+2. Neste momento temos três anos para executar um programa, ou seja, podemos executar até 2023. Como agora ainda vamos abrir concursos podemos executar projetos além de 2020. Agora abrimos concursos para o Metro de Lisboa. Sabe-se quanto tempo demoram as obras do Metro? Essas obras têm estudos de impacto ambiental e períodos de consulta pública. Como é que seria possível ter tudo concluído num prazo tão curto? O que eu disse é que íamos antecipar em um ano a taxa de compromisso, porque neste momento já temos mais de 80% dos 26 mil milhões de euros comprometidos, aprovados. E nós queremos aprovar, comprometer, o grosso das verbas, muito perto dos 100%, até ao final do ano.

Deste ano?

Sim. E temos isso programado. Para que tenhamos com antecedência as coisas planeadas e arrumadas. Mas mesmo assim, não vai ficar totalmente arrumado porque depois vamos ter necessidade de aprovar projetos subsequentes, porque há sempre algumas coisas que não se fazem, para as quais não houve condições de realização.

Há hipótese de transitarem projetos para o período de 2021-2027?

Há hipótese de transitarem em condições que têm de ser definidas. E há hipótese de ainda voltar a aprovar. Há muitas hipóteses. Estamos perfeitamente tranqui-

“

Disse que íamos antecipar em um ano a taxa de compromisso, porque neste momento já temos mais de 80% dos 26 mil milhões de euros comprometidos, aprovados





Cristina Bernardo

los. As nossas equipas garantem-nos toda a credibilidade para assegurar que estamos tranquilos nesta matéria.

Pela avaliação do nível de reembolsos efetivos da União Europeia, em que classificação é que Portugal fica no âmbito dos Estados membros?

Entre os países que têm um pacote financeiro da dimensão do nosso, que é de 26 mil milhões - mas enquadrando a questão no grupo que tem até 7 mil milhões de euros -, vamos à frente em termos de percentagem.

Estamos em primeiro lugar?

Estamos em primeiro lugar ao nível da taxa de reembolso. O que significa que vamos no pelotão da frente, em taxa de reembolso. A Polónia, que tem um pacote quatro vezes maior, tem uma taxa de reembolso de 25%, tem reembolsados 22 mil milhões, enquanto Portugal tem reembolsados 8,2 mil milhões, que representam 31,6% para Portugal. França está bem perto de nós, com 30%.

Estamos a fazer o papel do bom aluno nos fundos europeus?

Sempre o fizemos. Temos um trunfo de credibilidade nas negociações que temos vindo a fazer.

E os apoios à inovação?

Tiveram grande crescimento?

Quando o governo tomou posse, o PT2020 estava praticamente no arranque. Havia uma prioridade conferida à competitividade, à internacionalização e às empresas sob o ponto de vista teórico, mas na prática, no terreno, praticamente havia cinco milhões de euros pagos às empresas. A primeira medida em que o Governo se comprometeu foi o Plano 100, com uma meta de pagamento de um milhão de euros por dia, durante os primeiros 100 dias de Governo. Sabíamos que não íamos resolver problema nenhum à economia portuguesa, nem ao Portugal 2020, mas era um ato simbólico de compromisso político. Esses 100 milhões foram transformados em 500 até ao final do ano e, hoje, esse valor já tem 2,2 mil milhões de euros de apoios às empresas. Temos um *stock* em carteira, de projetos aprovados, que vai em 13 mil milhões de euros de investimento, com incentivos aprovados de cinco mil milhões de euros.

E qual é o peso da I&D?

Estávamos mais atrasados na I&D e houve o apoio direto das universidades, através do Ministério das Ciências. O Portugal 2020 apoiou 2,1 mil milhões de euros de despesa de investimento em I&D. Metade desse valor foi diretamente para as universidades e a outra metade para as empresas. A metade que foi

para a ciência corresponde a um aumento grande nos valores atribuídos às universidades. Mas a metade que foi para as empresas ainda representa um aumento muito maior nos apoios para as empresas porque anteriormente, com o QREN, quase não existia.

Quanto é que representa?

Enquanto a taxa de aumento nas universidades rondou os 25%, para as empresas houve 60% de aumento relativamente às verbas atribuídas anteriormente pelo QREN. Além disso, 70% dos projetos do PT2020 liderados por empresas, também beneficiaram da promoção das universidades - isso é aquilo que nós também queremos, porque as empresas sozinhas não têm investigadores, e assim a investigação das universidades é orientada para as necessidades do mercado. Sabemos que só 'deitar' dinheiro sobre isto, não chega. Tem de haver aqui também promoção. Isto está a gerar uma dinâmica de valorização das nossas produções. Põem conhecimento em cima do seu negócio habitual para criar valor acrescentado ao país, para termos uma sociedade que cria excedentes para que todos possamos viver um pouco melhor.

Houve alguma evolução recente?

Na semana passada começaram a sair os resultados do *Innovation Score Board* da União Europeia. Portugal está há algum tempo no nível moderado. Onde estão os medalhados, mais a divisão de honra. Aqui conta muito o peso da I&D. Em termos de regiões, Portugal teve um resultado melhor. A região de Lisboa estava no nível *strong* e as restantes na classificação de moderado. Agora temos duas subidas de divisão: o norte e o centro passaram para *strong*. O Alentejo e o Algarve ficam onde estavam. Portugal aumentou muito mais na despesa de I&D de empresas do que na parte não empresarial, que é o que estes dados nos confirmam. A inovação é mais difícil de mensurar, mas o tecido empresarial está sensibilizado.

Perante o designado projeto-piloto do comboio da linha de Cascais, de modernização desta linha ferroviária, passaram vários anos, mas pouco ou nada mudou. Neste caso, que significa sermos bons alunos?

Sobre a linha de Cascais posso dizer que, chegados ao Governo, não estava um cêntimo alocado a este projeto. A reprogramação conseguiu inscrever uma intervenção, que sabemos que não vai ser "a intervenção", mas apenas o que será feito com o valor que conseguimos disponibilizar e que é de 50 milhões de euros. E essa está prevista e garantida. ●

Protocolo com a banca agiliza atribuição de verbas

Êxito dos concursos de Fundos Europeus levou o Governo a estabelecer um protocolo com a banca. Nelson de Souza diz que balanço é positivo.

**JOÃO PALMA FERREIRA
E ÂNIA ATAÍDE**

jferreira@jornaleconomico.pt

As empresas que se candidatam a fundos europeus já não têm de pagar juros sobre a componente reembolsável do financiamento para um projeto, uma vez que essa responsabilidade passou para o Executivo ao abrigo de um protocolo com a banca.

Os fundos europeus são um apoio financeiro muito procurado por empresas para a execução de um projeto. Mas, regra geral, o financiamento comunitário cobre apenas uma parte da totalidade do financiamento necessário para a exequibilidade de uma ideia de negócio. O restante terá de ser financiado por outra via, podendo ser a banca.

De acordo com as regras atuais, o empreendedor que cumprir as metas inicialmente estipuladas para obter uma linha de financiamento, pode levar a fundo perdido parte desse empréstimo. Isto é, o empresário “compromete-se a determinado tipo de metas, tais como vendas, exportações ou postos de trabalho”, explicou o ministro do Planeamento, Nelson de Souza.

“Se cumprir estas metas, em função do grau de cumprimento perdoad-se parte do reembolso, que pode ir até 50% do valor do dito empréstimo”, explicou.

As vantagens para o empreendedor não se ficam por aqui, uma vez que, ao abrigo do protocolo estabelecido entre o Governo e a banca, é sobre o Estado que recai o encargo com os juros do empréstimo incidentes sobre a componente reembolsável do financiamento.

“Funciona como um empréstimo em condições especiais porque não tem juros, só amortização de capital. Tem condições especiais porque tem sete anos para reembolso e dois anos de carência”, referiu o ministro.

Realça, no entanto, que o investidor terá sempre que executar o investimento, condição mínima para receber os 60% do empréstimo. O perdão do remanescente será sempre nos dois ou três anos seguintes, conforme o cumprimento dos critérios. “Esta é uma forma de trazer os bancos para a política pública”, realçou Nelson de Souza. O governante não antecipa para já valores, uma vez que

o balanço ainda não está concluído, mas considera que “está a correr bem”.

“Em termos de custos, pagamos metade do que pagaríamos com o sistema antigo”, sublinhou. “Sendo que, naturalmente, trabalhamos agora com o banco e temos a vantagem também de termos a análise de risco e financeira feita pela banca”. O ministro do Planeamento sinaliza ainda que a adesão da banca ao protocolo foi forte.

“Praticamente, todos os [bancos] que operam no mercado”, referiu Nelson de Souza, sublinhando que estes “não tiveram custos de entrada”.

Indústria e turismo são os setores mais representativos

Questionado sobre quais são os setores de atividade económica mais representados, Nelson de Souza identifica a “indústria e o turismo”, referindo que são “aqueles que nos interessam mais e os mais transacionáveis”.

O governante sublinhou, ainda, que “quando o governo tomou posse, o PT2020 estava praticamente no arranque”, mas que a prioridade foi o acelerar da execução dos fundos.

“Havia uma prioridade conferida à competitividade, à internacionalização e às empresas sob o ponto de vista teórico, mas na prática, havia cinco milhões de euros pagos às empresas”, salientou.

Nelson de Souza sublinhou que o atual sistema, além de permitir a simplificação, continua a suscitar “uma elevadíssima procura” por parte das empresas.

“São projetos de alguma dimensão. Tivemos perto de 1.200 projetos candidatos a este concurso, com um investimento total de 2,8 mil milhões de euros”, apontou. “Foi mais uma vez batido um recorde do volume de investimento”, acrescentou.

Questionado sobre se estão a ser trabalhadas novas medidas de simplificação, Nelson de Souza assegura que o Executivo tem “todo o interesse em ter medidas de simplificação, quer de análise, quer de acesso aos promotores”.

“Analisar e decidir 1.200 projetos, muitos deles com dimensões de 15 a 20 milhões de euros sobre as máquinas do IAPMEI, do Turismo de Portugal, da AICEP, representa também um desafio grande”, considera. ●



CANDIDATURAS

Pedido de financiamento ser feito em poucas horas

Processo de candidatura obriga à correta definição da estratégia de investimento, e de um plano a médio-prazo. O pedido de financiamento pode ser feito depois, em

**ANTÓNIO VASCONCELOS
MOREIRA**

amoreira@jornaleconomico.pt

A importância dos fundos europeus para o crescimento da economia real nacional é inegável, de acordo com os especialistas ouvidos pelo Jornal Económico. Segundo José João Guilherme, administrador executivo da CGD, “Portugal é o oitavo país com o maior orçamento de fundos europeus no período 2014-2020, correspondente ao Portugal 2020”.

Os incentivos ajudam a transformar os sonhos de empreendedores em realidade que pretendem desenvolver projetos que criem valor em diversos setores de atividade, desde o turismo à metalomecânica, passando pela agricultura, o agroalimentar, o têxtil, a energia e as tecnologias de informação.

O impacto dos financiamentos europeus vai mais além. Segundo o Novo Banco, os fundos comuni-

tários têm dado “apoio à inovação, ao reforço da competitividade e à internacionalização das pequenas e médias empresas”, sem descurar a “promoção da coesão das regiões de Portugal” e “o importante contributo para a conservação, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural”.

O impacto também se fez sentir na criação de postos de trabalho. “Os fundos europeus têm permitido a especialização das empresas em áreas em que o nosso país deve ser competitivo e têm permitido a criação líquida de emprego, sobretudo emprego qualificado”, frisou Jorge Pinto, CEO e fundador da Consulstaff, uma consultora especialista na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários.

José João Guilherme lembrou que, na altura do arranque do Portugal 2020, o país iria ganhar 35.400 postos de trabalho.

Embora medir o impacto dos

fundos europeus no investimento seja difícil, a verdade é que, desde o arranque do programa Portugal 2020 em 2015, “o investimento cresceu em média 5,8, o que compara com um decréscimo médio de 8,8% nos quatro anos anteriores”, salientou José Luís Vega, membro da comissão executiva e diretor da banca de empresas do Bankinter Portugal.

Incentivos comunitários apoiam a retoma do investimento, mas continua abaixo do período pré-crise



Reuters

o pode as

do modelo de negócio
n pouco tempo.

Ainda assim, apesar do impacto dos fundos comunitários na retoma do investimento, este continua “aquém do desejável”, referiu José Luís Vega. “Como referência, o nível de investimento representa hoje apenas 18% do PIB português, o que compara com 24% no período pós-crise”.

Critérios de elegibilidade

Os financiamentos comunitários “funcionam como incentivos ao investimento”, explicou Paulo Pereira, diretor da Neomarca, uma consultora especializada na elaboração e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários. No fundo, mais não são do que “formas de cofinanciamento” para a execução de um projeto, isto é, “não cobrem 100% dos investimentos”, disse. “A empresa terá de investir pelo menos 30% a 50% do valor do projeto, mais o IVA que for devido pelos investimentos”, disse Paulo Pereira.

Os incentivos podem atualmente assumir duas formas - reembolsável ou não reembolsável (fundo perdido), e é “cada vez mais utilizado o incentivo reembolsável, ou seja, uma espécie de empréstimo sem juro”, explicou o administrador executivo da CGD.

São os bancos nacionais da União Europeia que, através do Banco Europeu de Investimento, disponibilizam linhas de crédito com condições mais favoráveis para fazer face ao investimento de um projeto, explicou o Novo Banco. O Fundo Europeu de Investimento é “o garante de um conjunto de linhas de crédito” que os bancos de cada Estado-membro da União Europeia contratam com os seus clientes, prosseguiu a mesma fonte.

Em Portugal, “a ajuda às empresas passa pelo financiamento via Crédito Protocolado, que se traduz em apoio financeiro, com redução de taxas de juro, e redução ou isenção de comissões bancárias, dependendo do protocolo em questão”, adiantou José Luís Vega, diretor do Bankinter Portugal.

Já o banco público, ao abrigo da linha Caixa Invest Inovação de 200 milhões de euros e que se destina “a financiar ativos tangíveis e intangíveis relacionados com inovação”, a CGD já colocou “mais de 150 milhões de euros em 323 empresas” e o banco está “neste momento a tratar de uma segunda tranche de 200 milhões”, revelou José João Guilherme.

Para beneficiarem destes apoios,

os projetos terão de cumprir determinados critérios de elegibilidade, que “dependem sempre do tipo de investimento a que as empresas se pretendem candidatar”, disse Jorge Pinto, CEO da Consulstaff.

Regra geral, os critérios de elegibilidade a estes incentivos tornam-se “mais exigentes quanto maior o benefício financeiro associado”, explicou o administrador da CGD.

As empresas “devem ter a situação tributária e contributiva regularizada, possuírem os meios técnicos, físicos, financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação”, explicou. E, no âmbito dos fundos europeus estruturais de investimento, o CEO da Consulstaff disse que as empresas devem apresentar “um rácio de autonomia financeira igual ou superior a 15% e não serem consideradas empresas em dificuldade”.

Além disso, as empresas devem ainda “não registar incidentes na banca ou na utilização de fundos anteriormente”, referiu José João Guilherme.

Mas, talvez mais relevante para o processo de candidatura a um tipo de investimento - como o Compete, o PDR 2020, o MAR 2020, entre outros -, “a empresa deve ter capacidade de ter um plano de negócios de médio prazo”, salientou Paulo Pereira. O diretor da Neomarca revelou que o “o fundamental é ter uma ideia clara do que [a empresa] pretende fazer, onde pretende investir e qual o modelo de negócio que pretende desenvolver”.

Sem este plano de investimento claro, o êxito da candidatura a um tipo de investimento com recurso a fundos europeus por ser posto em causa. Uma das dificuldades sentidas pelas empresas identificada pela Neomarca consiste precisamente na falta de “tempo para pensar”. “As empresas devem ter um plano de investimento claro, com todos os investimentos previstos e com a forma de monetizar o negócio também definida”, explicou Paulo Pereira.

O CEO da Consulstaff argumentou na mesma linha, identificando a necessidade de as empresas definirem não apenas “uma estratégia de investimento tendo em conta os objetivos estratégicos”, mas também “a definição de uma correta estratégia de abordagem de internacionalização e abordagem aos mercados externos”, referiu Jorge Pinto.

O diretor da Neomarca revelou que “se este trabalho for bem feito, os pedidos de financiamento são feitos em poucas horas”. “Temos candidaturas feitas em quatro horas que foram aprovadas, mas que tiveram um processo de planeamento de dois a três meses”, reconheceu. ●



consulstaff

CONSULTORES DE GESTÃO



ACRESCENTAMOS VALOR À SUA EMPRESA

 <p>Elaboração e Acompanhamento de Candidaturas PORTUGAL 2020</p>	 <p>Elaboração e Gestão de Projetos de Investimento</p>
 <p>Gestão e Consultoria Hoteleira</p>	 <p>Consultoria de Gestão</p>
 <p>Internacionalização</p>	 <p>Formação à Medida para Empresas e Formação Avançada Especializada</p>

Especialistas na elaboração e acompanhamento de candidaturas ao Portugal 2020

Contactos:
Consulstaff Consultores de Gestão, Lda.
 Lisboa: +351 211 450 728 | Coimbra: +351 239 840 050
 geral@consulstaff.pt | www.consulstaff.pt



Nuno Fonseca, fundador da Sound Particles, empresa de Leiria

EMPRESAS

Das luvas eletrónicas a Hollywood

A Comissão Europeia anunciou no final do mês passado a atribuição de 149 milhões de euros para financiar 83 PME e empresas em fase de arranque. Entre estas, contam-se várias empresas portuguesas.

Foto cedida

ANTÓNIO SARMENTO

asarmento@jornaleconomico.pt

A Comissão Europeia anunciou no final do mês passado a atribuição de 149 milhões de euros para financiar 83 PME e empresas em fase de arranque que vão receber apoio financeiro e técnico no âmbito do projeto-piloto Accelerator do Conselho Europeu da Inovação (CEI), anteriormente conhecido como Instrumento para PME-Fase 2. Entre estas empresas, contam-se seis empresas portuguesas, que, tal como as demais, estão a desenvolver inovações disruptivas. A Winegrid, de Aveiro, é uma delas. Utiliza a inteligência artificial num sistema de sensores de fibra ótica para a monitorização em tempo real das propriedades do vinho durante a vinificação. Receberá 1,59 milhões de euros de financiamento.

“A estratégia para o financiamento obtido basear-se-á em três objetivos principais: Dar continuidade ao desenvolvimento e produção de soluções tecnológicas inovadoras para digitalização dos processos de produção vitivinícola em tempo-real; o reforço da equipa de colaboradores promovendo uma política de RH focada nas pessoas; e o reforço da expansão comercial e de proximidade com todos os parceiros nacionais e internacionais”, explica Rogério Nogueira, um dos fundadores da empresa, ao *Jornal Económico*.

Atualmente, a empresa encontra-se em fase de expansão em solo nacional, aumentando significativamente o número de clientes a utilizar o sistema Winegrid, e em fase de internacionalização, estando presente em França e Itália e contando entrar no mercado espanhol e chileno até ao final do ano. Alguns dos principais produtores vitivinícolas em Portugal e França já utilizam a solução Winegrid.

Também a Sound Particles, de Leiria, desenvolveu um software para áudio em 3D, com múltiplas aplicações em cinema, jogos de vídeo e música.

De acordo com a Comissão Europeia, receberá 1,2 milhões de euros de financiamento. O Sound Particles é um software áudio 3D, diferente de outros programas, e que utiliza conceitos de computação gráfica aplicados ao som, permitindo entre outras coisas, simular milhares de sons em simultâneo, sendo utilizado em todos os grandes estúdios de Hollywood, e em filmes como “Carros 3”, “Gru o mal disposto 3”, “Wonder Woman”, “Guardiões da Galaxia 2”, “Game of Thrones”, “Ready Player One”, “Smurfs”, “The Great Wall” ou “Independence Day”. “Na prática, vamos continuar o desenvolvimento do *software* e do negócio para passarmos de um produto de nicho de mercado para um produto de massas. Trabalhamos com grandes produções de

Hollywood mas queremos “descer na pirâmide” e conquistar outros mercados”, explica o fundador da empresa, Nuno Fonseca. Hoje em dia, 60% da faturação vem dos Estados Unidos. Os outros 40% dividem-se entre Inglaterra, Alemanha, Canadá, Noruega ou França.

O Sound Particles começou como um projeto pessoal do fundador, em 2012. Na época tinha terminado o doutoramento e a ideia de juntar a computação gráfica ao som. Mais tarde, em 2014, foi a uma conferência em Los Angeles e, antes de partir, enviou alguns emails a responsáveis dos estúdios de cinema norte-americanos. O estúdio de George Lucas convidou-o a fazer uma apresentação para a equipa e, no espaço de seis meses, acabou a dar palestras na Universal, Fox, Sony, Paramount, entre outras. A Nuada, de Braga, desenvolveu uma luva eletrónica inteligente que permite levantar pesos até 40 kg protegendo as mãos do utilizador através de um sistema de tendões artificiais. Destina-se tanto a idosos ou vítimas de AVC como a trabalhadores em atividades pesadas (linhas de montagem, construção civil, etc.). Receberá 1,7 milhões de euros de financiamento. “Com este capital vamos conseguir finalizar o processo de desenvolvimento da luva com base nos últimos testes e concluir o processo de industrialização. As luvas vão ser produzidas sobretudo em Portugal”, diz Filipe Quinaz, um dos fundadores da empresa.

Um das utilizações principais é na área médica, sendo o produto, nesse caso, orientado para pessoas idosas ou que tenham artrite e pacientes que tiveram um acidente vascular cerebral (AVC). Outro dos focos é o sector que engloba atividades exigentes (trabalhadores em linhas de montagem ou na construção civil, por exemplo), podendo a luva ser utilizada para aumentar o conforto, a segurança e a produtividade desses profissionais e redução das lesões. “Esta luva, “segura” e “leve”, utiliza têxteis finos, respiráveis, flexíveis, inteligentes e personalizáveis e possibilita devolver a função da mão a pessoas com dor ou falta de força”, acrescenta o responsável. A Europa e os Estados Unidos são prioridade para a comercialização do produto. A MyDidimo, de Leça da Palmeira, a Pro Drone, de Lisboa, e a Cleverly, também de Lisboa, foram outras das empresas portuguesas financiadas através do Horizonte 2020. ●

O Horizonte 2020, Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação, financiou recentemente seis empresas portuguesas

SISTEMAS DE INCENTIVOS PERMITEM PROJETOS INOVADORES

As empresas que têm beneficiado destes sistemas de incentivos, segundo os especialistas consultados, são hoje mais competitivas, produtivas e viradas para o mercado internacional. A capacidade de crescimento tem sido bastante significativa.

1 ESTES SISTEMAS DE INCENTIVOS TÊM MELHORADO O DESEMPENHO DAS EMPRESAS?



JORGE PINTO
CEO/Founder,
Consulstaff

2 APÓS A UTILIZAÇÃO DA LINHA DE CAPITALIZAÇÃO, QUAL A CAPACIDADE DE CRESCIMENTO DEMONSTRADA PELAS EMPRESAS?



PAULO PEREIRA
Fundador e diretor,
Neomarca

criação de disciplina e planeamento

1 O facto de a empresa ter um projeto financiado é uma forma de parar para pensar e planificar a empresa para os próximos dois ou três anos. Os fundos comunitários têm uma duração média de 24 meses e isso acaba por criar disciplina, gestão de projeto e planeamento. Nesse sentido, estes sistemas de incentivos podem contribuir para a melhoria.

2 A linha de capitalização é um processo bancário gerido normalmente pela banca. Os empréstimos de médio e longo prazo estão normalmente associados a outros investimentos. Mas normalmente não há feedback sobre o impacto que os empréstimos possam ter nas empresas.

EMPRESAS MAIS COMPETITIVAS

1 Estes sistemas de incentivos têm sido fulcrais para melhorar o desempenho das empresas, uma vez que permitem que estas tenham acesso a importantes fontes de financiamento para a concretização dos seus projetos, os quais muitas vezes dificilmente sairiam da “gaveta”, por falta de soluções de financiamento. Estes sistemas de incentivos permitem o apoio a projetos inovadores, muito direcionados para a internacionalização das empresas, apoiando o reforço e a capacidade empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços através do investimento em atividades inovadoras e qualificadas que permitam a sua progressão na cadeia de valor. As empresas que têm beneficiado destes sistemas de incentivos, são hoje empresas mais competitivas, mais organizadas com recursos humanos mais qualificados e com maior capacidade de penetração nos mercados externos.

2 A capacidade de crescimento demonstrada pelas empresas é bastante significativa, uma vez que esta linha permite às empresas o acesso a uma importante fonte de financiamento para a concretização dos seus projetos, em condições muito vantajosas com prazos de carência de capital e juros bonificados, bem como a obtenção de garantias entre os 50% e os 70% do montante de financiamento.



JOÃO PISCO
Research,
Bankinter Portugal

INTERNACIONALIZAÇÃO E COMPETITIVIDADE

1 O impacto do maior investimento nas empresas nos últimos anos, em parte financiado por fundos europeus (recorde-se que 37% dos fundos comunitários se destinam a competitividade e internacionalização), parece estar já a refletir-se numa melhoria da competitividade. De acordo com os dados disponíveis, Portugal melhorou a sua competitividade externa face aos congéneres europeus. Apesar da produtividade se manter em abaixo da média da UE, já recuperou para terreno positivo (+0,1% em 2018 vs +0,3% média UE), o que em conjunto com a evolução contida dos custos de trabalho (1,0% no 1T'19 vs +2,4% média UE) levou à melhoria da competitividade da economia nacional.



MARIA CLARA SALGADO SEQUEIRA
CEO, Estrategor

APOIOS FOMENTAM CRIAÇÃO DE VALOR

1 Em nossa opinião cremos que sim. A promoção da inovação tecnológica nas empresas tem fomentando a presença e afirmação em setores cada vez mais competitivos. O acesso a financiamento sem juros

e a fundo perdido tem permitido a capitalização das empresas e consequentemente maior solidez das mesmas.

O carácter de promoção internacional destes sistemas de incentivos, direciona cada vez mais o tecido empresarial Português para o mercado global, com base em fatores de forte diferenciação.

2 Será sempre injusto quantificarmos a capacidade de crescimento após a implementação de um projeto, comparando organizações em diferentes sectores, com diferentes dimensões e com produtos e serviços em fases distintas do seu ciclo de vida.

No entanto, normalmente um projeto de investimento tem um horizonte temporal de quatro anos. Sendo que, dois anos serão referentes a um período de investimento e os restantes à maturação do mesmo.

Neste período de quatro anos, tratando-se de investimento em nova capacidade produtiva (máquinas e equipamentos), o mínimo expeável em termos de crescimento do volume de negócios é de 20%. Trata-se de um indicador de resultado razoável e que tem sido superado pelos nossos Clientes.

Como tal, torna-se evidente que as linhas de apoio dos quadros comunitários propiciam e fomentam a criação de valor num horizonte temporal adequado.



JOSÉ JOÃO GUILHERME
Administrador Executivo da Caixa
Geral de Depósitos

CAPITALIZAÇÃO PODE PROMOVER CRESCIMENTO

1 Inequivocamente parece-nos que sim. Desde logo, os requisitos dos vários programas e instrumentos de apoio orientados à atividade produtiva exigem uma reflexão e um compromisso quantitativo do promotor relativamente aos efeitos que o investimento irá promover no desempenho operacional das empresas. Por outro lado, há incentivos para o cumprimento das

melhorias de desempenho previstas, por exemplo, no SI Inovação, o cumprimento do desempenho operacional estimado pode levar à transformação significativa do incentivo reembolsável em incentivo não reembolsável. Ao longo dos últimos anos, temos assistido também a uma alteração das prioridades de investimento, notando-se um crescimento da importância do investimento em ativos intangível, com destaque para as despesas com formação educação, inovação, design, marketing e internacionalização. Em síntese, temos sentido um alinhamento cada vez maior entre todos os operadores e as empresas, em que as opções de investimento são realizadas com os olhos postos num mercado cada vez mais global, com progressos significativos na modernização, competitividade e internacionalização das PME's.

2 Este esforço de capitalização resultou da identificação de necessidades sentidas pelo tecido empresarial, designadamente ao nível do capital, financiamento e aceleração do investimento. A execução dos eixos mais diretamente ligados à atividade da CGD, designadamente a criação de condições para a realização de investimento e de melhoria das condições de financiamento, promoveu a incorporação, por parte das PME's, de marketing, design, recursos humanos qualificados, inovação, novos mercados e tecnologia, ou seja, indutores de competitividade e produtividade. É nossa convicção que estes investimentos robusteceram o modelo de negócio destas empresas e são potenciadoras de crescimento. Todavia, para existir crescimento no longo prazo é necessário as empresas ganharem a luta pela competitividade e os investimentos discriminados anteriormente poderão não ser suficientes. Com efeito, para ser competitivo no mercado global, as empresas necessitam de enquadrar os seus esforços de investimento numa lógica sistémica e recorrente no sentido de possuir recursos únicos, difíceis de imitar e valorizados pelos seus clientes. Para CRESCER é necessário uma equipa de gestão preparada e com vontade de arriscada VENCER no mercado global.

Em suma, este esforço de capitalização pode promover o crescimento se for entendido como um ponto de partida para um caminho longo, que exige persistência, flexibilidade e arrojo na identificação de ameaças e tangibilização das oportunidades.

JE.leitor



Simple, Rápido, Fácil e em todo lado

Já conhece a nova plataforma para acesso aos conteúdos *premium* do seu Jornal Económico? Com o novo JE Leitor, poderá aceder a todas as notícias, entrevistas e reportagens exclusivas que publicamos na edição semanal do Jornal Económico. Experimente já em <http://leitor.jornaleconomico.pt>

@OFFICE

A tecnologia @Office permite aceder ao JE Leitor em todos os dispositivos ligados a um endereço IP, para que os colaboradores da sua empresa possam ler o JE. Saiba mais em assinaturas@jornaleconomico.pt

EDIÇÃO SEMANAL

Todas as sextas-feiras, leia a edição semanal do JE em formato e-paper ou em versão web. O JE Leitor dispõe da tecnologia mais moderna e inovadora, possibilitando uma leitura fácil e rápida, onde quer que esteja.

+ EDIÇÕES ANTERIORES

O JE Leitor permite o acesso a todas as edições anteriores do Jornal Económico, do caderno Et Cetera, do Económico Madeira e de todos os Especiais. Encontre facilmente a informação que procura.



PAGAMENTO + SIMPLES

A nossa plataforma permite subscrever o JE de forma rápida e simples, quer pretenda ler apenas uma edição do jornal ou queira comprar uma assinatura mensal, trimestral, semestral ou anual. Pague através de cartão de crédito, paypal, multibanco ou Meo Wallet.

DE + FÁCIL LEITURA

No computador, no tablet ou no smartphone, o JE Leitor permite-lhe ler o seu jornal da forma cómoda. Mais fácil de aceder, mais simples de ler.

